

## Índice

Travar a mudança climática não é indolor .....	1
Famílias objetoras: todas iguais? .....	2
Para relação de qualidade, melhor casar-se .....	4
“La melancolía en tiempos de incertidumbre” .....	4

### Travar a mudança climática não é indolor

Iniciada a Conferência Mundial sobre o Clima (COP – Conferência das Partes 25, Madrid, 2-13 de dezembro de 2019), soube-se na altura uma notícia relativamente boa. Estava-se à espera que as emissões mundiais de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o principal gás com efeito de estufa, embora registassem um novo máximo, subiam só 0,6 %, muito menos do que nos dois anos anteriores (2,1 % e 1,5 %).

Essas eram as [últimas estimativas do Global Carbon Project](#). Confirmavam que o aumento de emissões se estava a reduzir: foi de 3 % ao ano em média na primeira década do século e baixou para 0,9 % na segunda.

De qualquer forma, em 2019, não se esperava um aumento tão pequeno. A surpresa veio, em primeiro lugar, do carvão, o combustível fóssil mais poluente. As emissões desta fonte teriam uma baixa de 0,9% em 2019, depois de subirem 1,4 % em 2018.

A utilização do carvão experimentou uma forte subida entre 2002 e 2011, principalmente porque a China alimentou com ele o seu crescimento económico. A partir daí, as emissões com base neste combustível, que se situavam em cerca de 36 % do total, ultrapassaram as correspondentes ao petróleo. Embora já estejam abaixo do máximo de 2011 (43 %), continuam em primeiro lugar, com 40 %. Felizmente, a China está a substituí-lo por outros combustíveis, energia nuclear e renováveis.

Também a Índia acelerou a sua economia com carvão, e os seus planos para o substituir vão no encalço dos da China. Por isso, foi outra surpresa que as suas emissões tenham uma subida em 2019 de apenas 1,8 %, muito abaixo dos 8 % de 2018 e dos 7 % de 2017. Pelo menos em parte, a causa é conjuntural: uma monção extraordinariamente chuvosa permitiu aumentar a produção hidroelétrica. Teremos de ver se a promoção de energias renováveis permite que a Índia continue a travar o aumento das suas emissões.

O recuo do carvão será mais do que compensado pelo crescimento das emissões com origem nos dois combustíveis seguintes: petróleo (+0,9 %) e gás natural (+2,6 %). O gás é o menos poluente de todos, e agora contribui com 20 % das emissões totais, um ponto e meio mais do que há dez anos.

O maior recurso ao gás em vez do carvão permitiu travar o aumento das emissões, mas isso não basta: é preciso que diminuam, algo que só sucedeu uma vez, em 2009 (–1,4 %), [devido à crise](#) económica internacional.

O mundo está muito longe de baixar as emissões. O Acordo de Paris prevê que, em 2030, estejam, na melhor das hipóteses, ao nível das de hoje, e cada vez mais baixas a partir de então. Mas, de acordo com os modelos de previsão atuais, dessa forma não se conseguirá o objetivo principal do Acordo: que no final do século, a temperatura média tenha subido sensivelmente menos de 2 °C em relação aos níveis pré-industriais. Mais, seria preciso diminuir as emissões para metade de agora até 2030, algo pouco viável ao atual ritmo de progresso. Por exemplo, a percentagem de eletricidade de origem renovável, que hoje é de 7 % no plano mundial, teria de chegar a metade.

Isso exigiria uma expansão tão acelerada, que encareceria imenso a energia elétrica durante anos, devido aos grandes investimentos necessários. E não contribuiria em nada para reduzir as emissões devidas aos transportes, que embora constituam metade das correspondentes à geração de eletricidade, traduzem-se por 22,5 % do total e nunca têm parado de aumentar.

Poderão contar os governos com apoio popular para impor os sacrifícios que exige combater a mudança climática? Por um lado, há a pressão das repetidas e gigantescas manifestações convocadas em muitos países a exigir ação. Por outro, já se pôde comprovar que subir o preço do carburante pode desencadear revoltas (França, Equador, Irão).

De momento, os avanços são a base de promessas ambiciosas e passos curtos. Quase uma centena de países, incluindo os da União Europeia (UE), comprometeram-se a ser neutros em carbono (retirar tanto carbono quanto emitem) em 2050. Mas a Alemanha aprovou em setembro de 2019 um plano que deixa intactas as vantagens fiscais para o gasóleo, e no mercado de emissões criado para os transportes e a construção civil, coloca o carbono a um preço demasiado baixo para estimular os investimentos necessários em energias limpas.

Esta combinação de declarações enérgicas e resistência a tomar medidas dolorosas, no fundo, nada surpreendente, foi novamente observada na COP25, tal como nas anteriores (“Qué se discute en la COP25”, “Aceprensa”, 9.12.2019). Ter-se-ia de acordar os procedimentos para contabilizar quanto carbono emitem e quanto retiram da atmosfera os países, e cada um procurava uma fórmula que lhe desse o balanço mais favorável com o menor sacrifício. O perigo é adotar contas a permitir dizer que se cumpriram os objetivos marcados, mas que não sejam reais. No final, não houve acordo, e o assunto foi deixado para a COP seguinte.

Daí, Greta Thunberg ter declarado que, apesar do êxito mediático das Fridays for Future, “de um certo ponto de vista, não obtivemos nada”.

Já em 2020, vieram os números finais, com as conclusões da IEA – International Energy Agency, referindo que, apesar das expectativas generalizadas de outro aumento, as emissões mundiais de dióxido de carbono relacionadas com a energia deixaram de crescer em 2019, [segundo os dados da AIE publicados](#).

Após dois anos de crescimento, as emissões globais mantiveram-se sem alterações nas 33 gigatoneladas no ano de 2019, inclusivamente tendo a economia mundial tido uma expansão de 2.9 %. Isto deveu-se principalmente à diminuição das emissões da geração de eletricidade nas economias avançadas, graças ao papel crescente das fontes renováveis (principalmente eólica e solar), à atrás referida mudança de combustível do carvão para o gás natural e a uma maior geração de energia nuclear.

Integram o grupo de economias desenvolvidas ou mais avançadas os seguintes países: Austrália, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Estados Unidos, Islândia, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suíça, Turquia e os 27 da União Europeia.

A geração proveniente de centrais de carvão nas economias avançadas decresceu cerca de 15 % devido ao contínuo crescimento das renováveis, à substituição do combustível de carvão pelo gás e a uma baixa da procura elétrica.

As emissões globais de dióxido de carbono provenientes do uso do carvão diminuíram em quase 200 megatoneladas, ou 1,3 %, em relação aos níveis de 2018, compensando os aumentos em emissões de petróleo e gás natural. As economias avançadas viram diminuir as suas emissões em mais de 370 megatoneladas (ou 3,2 %), sendo o setor elétrico o responsável por 85 % da queda.

Um clima mais temperado na maioria dos países em comparação com 2018 teve um papel importante nestas tendências, reduzindo as emissões em 150 megatoneladas aproximadamente. Também um crescimento económico no plano global mais débil, moderou o aumento de emissões em grandes economias como a Índia, a que já aludimos neste texto.

As tendências de emissões de 2019 sugerem que as transições para uma energia mais limpa estão em andamento, conduzidas pelo setor elétrico. As emissões globais do setor elétrico decresceram cerca de 170 megatoneladas, ou 1,2 %, principalmente nas economias mais avançadas, onde as emissões de dióxido de carbono estão agora a níveis que não se veem desde finais dos anos 80 do século passado (quando a procura elétrica era um terço do que é hoje).

Por seu turno, as emissões fora dos países desenvolvidos cresceram cerca de 400 megatoneladas em 2019, com quase 80 % do aumento proveniente da Ásia.

R. S.

## Famílias objetoras: todas iguais?

No Reino Unido, alguns pais conseguiram que a escola dos seus filhos ofereça uma alternativa a seu gosto para os alunos que não querem participar em atos religiosos. Esta adaptação por parte da escola às convicções desses pais é a mesma que reclamam para os seus filhos outros progenitores perante modelos de ensino que contrariam a sua visão da família e da sexualidade.

A Burford Primary School, em Oxfordshire, é uma escola pública gerida por uma entidade não estatal, uma fórmula [incen-tivada](#) pelo governo trabalhista de Tony Blair e [reforcada](#) pela coligação entre conservadores e liberais-democratas liderada por David Cameron.

Lee e Lizanne Harris, que são ateus, matricularam os seus dois filhos na Burford Primary School, a única escola pública na sua zona. Posteriormente, em 2015, a escola passou a ser gerida pelo Oxford Diocesan Schools' Trust (ODST), um consórcio de escolas promovido pela Igreja anglicana. Desde essa altura, a escola assumiu como parte da sua identidade os valores cristãos em sentido amplo, mas continua a não ser um estabelecimento confessional.

Como todas as escolas subsidiadas do Reino Unido, a Burford é obrigada a organizar para alunos e professores um ato diário de “culto coletivo”, de alguns minutos. Contudo, se os pais o solicitarem, os filhos não são obrigados a assistir, isenção prevista pela lei. De acordo com as [diretrizes](#) em vigor, elaboradas pelos conservadores para desenvolver leis de 1944 e 1988, esses atos pretendem disponibilizar o culto religioso, a reflexão sobre questões espirituais e morais, o espírito de comunidade e os valores partilhados, etc. Na [prática](#), muitas escolas não as cumprem e as autoridades educativas fazem vista grossa a esse incumprimento.

Os Harris denunciam que, com o ODST a gerir a escola, a Burford deu aos atos de culto coletivo um cariz evangelizador. Concretamente, queixam-se de que se exija aos alunos a reza de orações cristãs e a assistência a representações bíblicas levadas a cabo por pessoas alheias à escola. Na *web* da escola, com efeito, é explicado aos pais que, num dia por semana, o culto coletivo é animado por pessoal de uma paróquia anglicana.

Os Harris alegam que a evangelização vulnerabiliza o direito dos seus filhos receberem um ensino “livre de intromissões religiosas”. Por isso, afastaram-nos dos atos de culto coletivo. Durante esse espaço de tempo, a dezena de alunos – de um conjunto ligeiramente superior a uma centena – que não participa nessa atividade, tem um tempo de leitura, sob a supervisão de um professor. Para os Harris, não é suficiente que os deixem à sua vontade: querem uma alternativa “de igual valor educativo”. Por isso, denunciaram a escola ao Supremo Tribunal.

O caso não chegou a julgamento, porque a escola ofereceu uma solução satisfatória aos Harris. Segundo explica a diretora numa [carta](#) dirigida a todos os pais, durante esse espaço de tempo de leitura alternativo, serão oferecidos materiais e atividades que fomentem “o desenvolvimento espiritual, moral, social e cultural” dos alunos, mas sem se enquadrarem numa confissão religiosa concreta.

Além disso, a diretora convida os pais de todos os alunos a assistir aos atos de culto coletivo, para que vejam o que fazem. E anuncia a adoção de uma série de medidas exigidas pelos Harris para garantir o caráter não confessional da escola: os

clérigos convidados poderão dirigir o culto coletivo, mas não outro tipo de eventos; a escola deixará de oferecer uma Bíblia aos alunos que terminem o curso e reduzirá os atos na capela; e chega mesmo a afirmar que, nas aulas de Religião e nas restantes, “as crenças religiosas não serão apresentadas como verdades”.

O que querem os Harris para os seus filhos, querem-no outros pais que desejam libertar os seus de intromissões morais em questões de estilo de vida. Assim, [as famílias da Parkfield Community School](#), uma escola pública do ensino primário em Birmingham, protestaram contra um programa que, na sua opinião, insinuava a ideia de que todas as formas de convivência são igualmente válidas, e que promove a homossexualidade e a transexualidade (“Aceprensa”, 8.4.2019). Tal como os Harris, estes pais também conseguiram chegar a um acordo com a escola.

Mas nem sempre as coisas correm tão bem aos pais que se queixam deste tipo de doutrinação. À partida, têm de se libertar do estigma de serem acusados de homofóbicos e não costumam ter uma alternativa de acordo com a sua visão da família, enquanto as de outros são apresentadas como verdades intocáveis. Também seria bom que pudessem assistir às oficinas a que acedem os seus filhos, para conhecerem as pessoas exteriores à escola que as dão.

A resposta para este tipo de conflitos, que se estão a tornar mais frequentes, porá à prova [a credibilidade das sociedades liberais](#). Se é verdade que o Estado liberal é um árbitro neutral, que não toma partido perante questões discutidas sobre as quais existe desacordo – como a religião ou a sexualidade –, gozarão das mesmas alternativas satisfatórias todas as famílias que protestarem contra as várias doutrinações possíveis? Serão igualmente livres para discordar e fazer objeções?

Faz sentido que a Humanists UK, a organização que ajudou os Harris, se queixe de que “o Reino Unido seja o único país no mundo que impõe como norma o culto cristão obrigatório nas escolas estatais”. Ainda que seja de precisar que o facto de haver uma isenção prevista pela lei exclua o seu caráter obrigatório.

De qualquer forma, é verdade – como [diz](#) o grupo – que, numa sociedade plural, “os pais e os filhos têm direito à liberdade de consciência sem desvantagens”. Pelo mesmo motivo, dever-se-ia estender este direito a todas as famílias que protestam contra o [“novo confessionalismo de Estado](#) em questões de sexualidade e família (“Aceprensa”, 7.10.2016).

J. M.

## Para relação de qualidade, melhor casar-se

Nos Estados Unidos, um relatório do Pew Research Center voltou a mostrar o que há anos é dito por outros estudos: os casais que contraíram matrimónio estão mais satisfeitos com a sua vida familiar, em média, do que as uniões de facto. Contudo, estes dados não se têm imposto entre os jovens, onde tem crescido a união de facto. O paradoxal é que esta forma de convivência afasta muitos deles do ideal a que aspiram, observa Alysse ElHage no blogue do Institute for Family Studies – IFS (13.11.2019).

“Na próxima vez que um jovem lhe disser que vai viver com a sua parceira – [escreve](#) ElHage –, pense fazer-lhe as perguntas referidas por (...) Bradford Wilcox, investigador do IFS: ‘Valorizas a fidelidade? Ficar com alguém que te diz sempre a verdade? Que te apoia? Que comunica bem? Se isto é importante para ti, então o casamento é uma opção melhor’”.

Não é que o casamento garanta tudo isto, mas é mais provável que quem decida casar-se em vez de optar pela união de facto, o encontre. É o que mostra um [relatório](#) do Pew (6.11.2019), com base num grande inquérito a mais de 9000 adultos casados ou em uniões de facto.

Os casados são mais propensos a mostrar confiança em que o parceiro lhes é fiel: acreditam nisso 84 % contra os 71 % dos que simplesmente vivem em união de facto. Também confiam mais em que o outro vai atuar no seu melhor interesse (74 % contra 58 %), lhes diz sempre a verdade (68 % contra 52 %) e gere o dinheiro de forma responsável (56 % contra 40 %).

As diferenças também são significativas em relação aos níveis de satisfação, exceto nos relativos às relações sexuais, em plano discreto para todos (36 %, no caso dos casados, contra 34 %). Os casados tendem a estar mais satisfeitos com os hábitos de criação do outro (48 % contra 39 %), com a distribuição das tarefas domésticas (46 % contra 37 %), com a forma como conciliam família e trabalho (44 % contra 35 %) e com a maneira de comunicar (43 % contra 35 %).

O fosso é maior em relação ao sentimento de proximidade ou ligação: para 78 % dos casados, o seu cônjuge é a pessoa com quem sentem ter maior união, contra 55 % dos que se encontram em união de facto a dizerem o mesmo do respetivo parceiro.

A propensão maior dos casamentos nestas três áreas – confiança, satisfação e proximidade – continua a ser visível uma vez consideradas outras variáveis como o sexo, a idade, a raça, a religião ou o nível de educação.

As diferenças que mostra o Pew não foram surpresa para os investigadores do Institute for Family Studies, pois são o resultado do tipo de relação que se procura: quem não quer um compromisso sério, não pode admirar-se de, com efeito, deparar com maior desconfiança. Um dos especialistas mencionados

no artigo, Scott Stanley, recorda a [assimetria que costuma acontecer nas uniões de facto](#), o que se torna frustrante para o membro do casal que se envolve e espera mais da respetiva relação.

Outro dado interessante revelado pelo Pew: quando se pergunta aos casados porque formalizaram o seu compromisso, 90 % respondem “por amor”, entre outros motivos, contra 73 % dos casais das uniões de facto que afirmam o mesmo. O que contradiz o clichê de que o casamento é uma mera formalidade burocrática, enquanto que o romantismo está do lado das uniões de facto. Novamente, Stanley não se surpreende com o resultado: “Os motivos pelos quais as pessoas escolhem a união de facto estão estreitamente relacionados com a qualidade das relações”.

Há os que se decidem pela união de facto precisamente porque querem evitar vincular-se a alguém para toda a vida. O que surpreende ElHage é que cada vez mais norte-americanos – especialmente entre gerações jovens – vejam a união de facto como uma garantia de sucesso para o posterior casamento. O paradoxo é que procuram segurança no tipo de relação que menos lhes pode dar, conclui ElHage citando outros estudos sobre a maior instabilidade das uniões de facto.

Contra os mitos mais divulgados, a realidade é que “o casamento continua a ser o melhor caminho para conseguir uma união fiel de toda a vida, e o que tem mais probabilidades de proporcionar aos casais e aos seus filhos uma vida familiar estável e satisfatória”. Daí que seja urgente comunicar melhor “as realidades sobre a união de facto e o casamento, sobretudo entre os jovens”.

## “La melancolía en tiempos de incertidumbre”

“Melancholie van de onrust”

Autor: Joke Hermsen  
Siruela. Barcelona (2019)  
172 págs.

Juntamente com a ansiedade, a depressão é considerada como a epidemia do século XXI, mas esse ânimo sombrio não é exclusivo da nossa época; desde a pergunta de Aristóteles – “por que motivo parecem ser de temperamento melancólico todos os homens que se destacaram na filosofia, na política, na poesia e na arte?” – até ao minucioso e prolixo estudo do clérigo inglês Robert Burton (“Anatomia da Melancolia”, 1621), passando pelo imprescindível “Livro do Desassossego”, de Fernando Pessoa, as causas desta doença e as suas possíveis curas têm

suscitado um caudal literário merecedor de uma extensa antologia.

Com a preponderância da psicologia e da psiquiatria modernas, no entanto, os estudos afastaram-se cada vez mais das raízes profundas deste transtorno para o deixar nas mãos de terapeutas e, sobretudo, da indústria farmacêutica. Joke Hermsen (Holanda, 1961), filósofa que se tem especializado na obra de Lou Andreas-Salomé e Hannah Arendt, procura subtrair a melancolia dessa esfera psiquiátrica para situá-la novamente dentro de um contexto social e histórico, mas também humanístico. Sem negar a pertinência da medicação para tratar os casos mais agudos, propõe aprofundar as fontes desse “sofrimento sem objeto” que parece ter contaminado o espírito de tantos milhões de pessoas, especialmente no Ocidente.

Uma vez esclarecida a diferença entre melancolia e depressão, a autora rejeita a sua carga negativa, e retoma a imagem clássica que associa o espírito melancólico a uma atitude contemplativa. Quando se aceita plenamente, aprendendo a viver com ela sem procurar silenciá-la, pode levar quem a experimenta a uma reflexão renovada sobre si próprio e sobre o mundo, porque obriga a pessoa a virar-se para o seu interior e a procurar a forma de canalizar esses sentimentos para lá do imediato. A melancolia, alimentada pela arte, pela espiritualidade, e pelo conhecimento de si próprio, converte-se então num caminho para a criatividade, e numa condição para “criar o novo, imprevisível e inesperado”.

Hermsen aborda, por outro lado, a relação da melancolia com o mundo contemporâneo e com os tempos de incerteza – quais não o foram? –, a que alude no título. Depois de apresentar ao leitor o conceito de *Weltschmerz*, cunhado pelo escritor alemão Jean Paul para aludir à tristeza que provoca a constatação de que o mundo real não se pode equiparar aos desejos do espírito, defende que a solidariedade, o compromisso com os outros e o sentimento de pertença podem dissipar a angústia e o pesar pela imperfeição da realidade. Em face de uma sociedade consumista, que exige uma insatisfação constante para encorajar os gastos, o livro propõe valores mais humanos, com uma inspiração na obra de Hannah Arendt e Lou Andreas-Salomé.

Pela sua brevidade, o ensaio está condenado a não fechar todas as questões que abre. Todavia, as pistas que oferece são mais do que suficientes para propor uma visão renovada de um sentimento que, a partir da sua leitura, se deveria deixar de considerar como um transtorno, para o ver mais como um traço do caráter que nos humaniza, em todos os sentidos.

D. P.

